

Brasil receberá US\$ 300 mi dos credores

O Brasil já tem assegurados cerca de 300 milhões de dólares em dinheiro novo, a serem liberados pelos bancos credores internacionais. Segundo o negociador oficial da dívida, Pedro Malan, o dinheiro será usado pelo País para constituir parte do total de quatro bilhões de dólares de garantias previstas no acordo com os bancos privados, a serem acumuladas ao longo de dois anos.

Até a sexta-feira, os bancos detentores de 88,5 por cento da dívida haviam refeito suas escolhas entre os vários tipos de bônus oferecidos pelo Governo. As opções obedeciam a orientação do Brasil, segundo a qual no máximo 40 por cento da dívida seriam trocados por bônus ao par (título que não prevê desconto, mas têm juros tabelados) e no mínimo 35 por cento seriam transformados em bônus de desconto (garantem redução de 35 por cento do valor da dívida, mas têm juros flutuantes).

Segundo Malan, na sexta-feira, as escolhas feitas pelos credores revelavam a seguinte situação: 31,09 por cento da dívida alocados em bônus ao par, 36,27 por cento em bônus de desconto, 8,30 por cento em bônus com redução inicial de juros, 18,41



Rhodes: acordo positivo

por cento haviam sido deslocados para os bônus de capitalização (tem carência de 10 anos e juros prefixados) e outros 5,93 por cento para os bônus de dinheiro novo. O negociador oficial da dívida ressaltou que os percentuais poderão mudar quando todas as opções feitas pelos bancos forem contabilizadas, mas garantiu que o quadro geral não será alterado. "Quando 88,5 por cento já estão dentro dos parâmetros fixados pelo Governo brasileiro, é certo que o restante apresentará o mesmo comportamento", disse.

São justamente os 5,93 por cento da dívida direcionados para os bônus de dinheiro novo (o credor empresta ao Brasil um dólar para cada 5,50 dólares de dívida trocada pelo bônus) que garantiram os 300 milhões de dólares. Segundo Malan, o maior credor privado internacional do Brasil, o Citibank, optou por alocar 50 por cento dos seus créditos em bônus de dinheiro novo e os outros 50 por cento em bônus de redução inicial de juros.

Marcillo — Segundo Malan, a redução da dívida original será "significativa", mas certamente não atingirá 35 por cento, como chegou a anunciar o então ministro da Economia Marcílio Marques Moreira. Tal percentual só seria alcançado se todo o estoque sob negociação fosse trocado por bônus ao par ou de desconto.

Até o dia 30 de novembro — data em que o Brasil pretende trocar efetivamente a dívida pelos bônus — o País deverá ter um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em vigor. "Esperamos fechar o acordo com o fundo até lá", disse Malan. Na próxima semana, a equipe brasileira inicia a análise dos cerca de 800 contratos individuais com cada credor internacional.

País faz muitas negociações

Quando começou a negociação com o comitê dos Credores, em 21 de agosto de 1991, Pedro Malan discutia com os banqueiros privados internacionais um débito total de 56 bilhões de dólares. No decorrer do tempo, esse valor sofreu uma redução de três bilhões de dólares. Segundo o Governo, esse montante foi abatido através de complexas operações financeiras com governos credores do Brasil e entre os próprios bancos. Mas o acordo em negociação trata de apenas 36 bilhões de dólares.

Na verdade, o público brasileiro deve estranhar ao ler e ouvir falar de tantos números sobre a dívida externa. Muitos fixaram na memória que o Brasil deve 120 bilhões de dólares, valor divulgado pelo Governo durante muito tempo. Esse número também mudou para mais: segundo o Banco Central, em setembro de 1992 o País devia um total de 136 bilhões de dólares (32 bilhões de dólares em dívida de curto prazo e 104 bilhões de dólares de médio e longo prazos). A dança dos números da dívida não pára por aí.

Na renegociação com os bancos internacionais, o Governo ex-

clui os débitos de longo prazo do setor privado e também a dívida de curto prazo (linhas de financiamento ao comércio exterior). Ficam de fora ainda os débitos externos da Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce. Resta a dívida de médio e longo prazos do setor público em geral, excluindo organismos multilaterais como FMI, Banco Mundial, Bird e junto a governos agrupados no Clube de Paris. Essa, sim, é a dívida objeto de atenção de Pedro Malan, que, segundo ele, sofreu uma redução de três bilhões de dólares e hoje está em 53 bilhões de dólares.

Débito — Desse total, porém, somente 36 bilhões são passíveis de trocar por bônus (títulos) de até 36 anos de prazo e constam do acordo prestes a ser concluído. Esse é o valor do débito do setor público junto aos bancos estrangeiros. Para chegar a 53 bilhões de dólares, Malan soma aos 36 bilhões de dólares outros quatro bilhões de dólares que o País recebeu em dinheiro novo, em 1988, já renegociados (jorio's bonds). Mais seis bilhões de dólares em juros atrasados de 1991 a 1993, que serão pagos em 12 anos.